

ATA DA 94ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA REALIZADA NO DIA 6 DE ABRIL DE 2022 - COM A PRESENÇA DOS **MEMBROS TITULARES**: Humberto Gomes do Carmo (SMSUB), Izabel Figueiredo P. Souza (SMADS), Maria Luiza Burgarelli (SMDHC), Maria Luiza Franco Garcia (SMS), Roseli Kraemer (RPR), Verônica Martines (CDHLG); **MEMBROS SUPLENTE**S: Cleiton Ferreira (É de Lei), Luiza Trotta (SMDHC), Robson César Correia de Mendonça (MEPSR), Girlândia (RECLAZARO), Regina Maria (OAF); **PARTICIPANTES**: Ademir Aparecido de Oliveira (MNPR), Alessandro Abratião Magalhães (CAPS AD Santana), Allan Tadeu Rozzi de Castro, Ana Carolina C. Baptista (Autonomia em Foco), André Pereira Santos (Comissão Saúde Mental), Andréia L. Menezes, Antonio David Pereira (Paróquia Achiropita), Bárbara Mariano Vicente (ODH/SMDHC), Borba Marastoni (UAA Santana), Carla Guerra, Carolina Iara (Vereadora), Caroline S Souza (Autonomia em Foco), Clauriay Lima (Autonomia em Foco), Danieli Souza (CAPS AD Santana), Diomedes Gramacho Neto, Elza AP. Gonçalves, Fabiana Silva Pires (CRS Centro), Flávia Rolim de Andrade, Giovanna Carlos (SMDHC), Gisele B. Abreu (Autonomia em Foco), Joaquim Pereira (Rede Rua), José Franco Albessu, José Iago G. Soares, José Rinaldo Santos, José Vicente Kaspreski (CDHLG), Júlia Lima (Gabinete Vereador Suplicy), Kelsen Medeiros (Gabinete Vereadora Erika Hilton), Laísa S.M de Oliveira (CAPS AD Santana), Lucas Amaral (SMADS), Lucas Molino (SMDHC), Luis Fernando Baptista (Autonomia em Foco), Maria Izabel Fernandes (Gabinete Vereadora Erika Hilton), Milena Oliveira Santana (SMDHC), Névson Soares F. Junior (UAA Santana), Pedro Luiz da Silva (MNPR), Hari Kraemer, Renato R. Sena (CPRD), Romualdo Carneiro (MEPSRP); Thaís Beiral (UAA Santana), Willian R (UAA Santana), Zanaide R. da Silva (Autonomia em Foco).

A reunião teve início com os avisos da retomada das próximas reuniões ordinárias e extraordinárias para o formato presencial e a necessidade de todos comparecerem utilizando máscaras. Além disso, foi informada a alteração na equipe da Coordenação do PopRua, a saída da Giulia (SMDHC), sendo substituída pela sra. Luiza Trotta (SMDHC).

No segundo momento, foram divulgados os resultados das Eleições do Comitê PopRua que ocorreram no dia (02/04/2022), a nova gestão será composta por Roseli Kraemer; Simone Kelly; Benedito José; Ricardo Barbosa; Claumay (titulares) e Jefferson Silva; Alexandre Claudio; Franco; Átila Pinheiro; Lindalva (suplentes), representando o segmento da população em situação de rua. Já a formação do segmento das organizações sociais será Rede Rua; Sefras; Movimento Nacional da População em

Situação de Rua; Paróquia Nossa Senhora Aquiopita (titulares); Movimento Estadual da População em Situação de Rua; Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama; É de Lei; Movimento Nacional de Lutas em Defesa da População em Situação de Rua (suplentes).

A sra. **Maria Luiza** (SMDHC) concluiu o aviso dizendo que a nova gestão irá assumir no mês de abril e que a data da cerimônia de posse no dia 18, quando será confirmada a data por e-mail.

Nesse tópico a sra. **Roseli K.** (RPR) apontou a necessidade de compromisso em relação a frequência e participação da nova gestão. A sra. **Malu** (SMDHC) complementou a fala dizendo que segundo o regimento interno, é permitido até 3 faltas não justificadas para cada conselheiro.

Foi realizada a entrega dos certificados aos conselheiros da gestão atual, e em seguida foi passado aos informes: A sra. Maria Luiza (SMDHC) abordou o tópico sobre o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua está atualmente localizado na Praça Marechal Deodoro, mas que está sendo realizada atualmente uma tentativa de viabilização para a praça Princesa Isabel. Informou também que no Projeto Rede Cozinha Cidadã continuam sendo entregues 3.400 marmitas (Centro - 2.800; Pinheiros - 200; Lapa - 200; Vila Mariana - 200), além de mais 755 refeições diárias entregues por meio do MEPSR na região central (José Bonifácio e Marechal Deodoro).

A sra. **Luiza** (SMDHC) informou que a publicação do Plano de Contingência Para Situações de Baixas Temperaturas será realizada até o dia 30 de abril de 2022. A sra. Kelseny Medeiros (Gabinete Vereadora Erika Hilton) falou sobre a importância de realização de uma reunião extraordinária com questões pendentes do ano passado antes da publicação da portaria. A sra. Luiza respondeu dizendo que a reunião extraordinária para discutir o Plano será realizada no dia 13.04, devido a urgência de encaminhamento da portaria para a Casa Civil e a publicação até dia 30.04.

No sexto momento, a sra. **Malu** (SMDHC) informou sobre a reunião junto com o Comitê da população e de rua Lapa, que surgiu com o objetivo da necessidade de descentralização para debater pautas da população em situação de rua naquele território. Dessa maneira, o Comitê PopRua foi convidado a participar da reunião, a sra. Maria Luiza (SMDHC) ficou responsável por enviar o convite via e-mail.

A sra. **Júlia Lima**, relata a necessidade de uma conexão com o Comitê PopRua e propõe a ideia de ter um representante do governo e da sociedade civil para acompanhar as regiões da Lapa.

A sra. **Malu** (SMDHC) informou que na próxima reunião do Comitê PopRua será apresentado o relatório de monitoramento do Comitê PopRua 2021. Ademais, também mencionou a pesquisa “Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua 2022”, que foi realizada com “informantes”, sendo ouvidas 5 mil pessoas. Desse número, 1577 informaram ter visto crianças em situação de rua. Em vista disso, os dados serão cruzados com dados de outros serviços para entender os pontos de concentração. Sendo prevista para junho a contagem.

Foi feito também um informe sobre a Obra da CPTM na região da Luz que irá ligar a estação de metrô com a linha de trem. Essa obra tem previsão de duração de 3 anos, e irá interditar parcialmente as ruas Mauá e Cásper Líbero. A sra. **Maria Luiza** (SMDHC) mencionou que está sendo feita uma articulação entre a SMS e SMADS para que funcionários da abordagem repassem informações para as pessoas em situação de rua daquela região.

Por fim, foi exposto o informe sobre as ações de zeladoria urbana na praça Princesa Isabel. A sra. **Maria Luiza** (SMDHC) contou que as ações foram intensificadas na região e que a SMDHC recebeu algumas denúncias de irregularidades que vão contra o que é previsto no decreto 59.246/2020<sup>1</sup> - as denúncias serão encaminhadas à Ouvidoria de Direitos Humanos. Através de informações obtidas pela SAS, é de conhecimento que a SAS Sé foi comunicada na sexta-feira que as ações irão ocorrer na segunda-feira. Nesse sentido, a comunicação ocorreu dentro dos limites da legalidade do decreto, por ter sido realizada com pelo menos 72 horas de antecedência. Também foram distribuídos panfletos informativos para a população.

A sra. **Malu** (SMDHC) disse que foi articulada com a Aline (SEAS) uma ação de impressão e distribuição do panfleto sobre direitos e deveres da população em situação de rua com o resumo da legislação da zeladoria urbana. A SAS irá enviar para a o SEAS distribuir em suas ações.

A sra. **Malu** (SMDHC) informou que as denúncias estão sendo anexadas a um processo que terá como objetivo a solicitação de esclarecimentos à Subprefeitura.

---

<sup>1</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Decreto nº 59.246/2020, de 29 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana. [S. l.], 2020. Disponível em <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-59246-de-28-de-fevereiro-de-2020/detalhe>. Acesso em: 8 abr. 2022.

Ressaltou que de acordo com a legislação, as barracas móveis não podem ser retiradas, caso não estejam fixadas entre o período das 18h da tarde e 7h da manhã. Porém, as barracas de lona que indicam permanência estão autorizadas a serem retiradas.

O sr. **Robson Mendonça** (MEPSR) relatou que os panfletos não chegaram à população em situação de rua e solicitou que o Comitê PopRua seja informado e inserido nas ações emergenciais de zeladoria urbana para propor efetivas medidas de redução de danos. Apontou diversas violações aos direitos humanos nas ações e pediu agilidade para que haja diminuição das filas por parte da ouvidoria SMDHC no sentido de que as providências sejam tomadas.

**Bárbara Mariana Vicente** (SMDHC/ODH) reconheceu enquanto equipe técnica a fila grande da ouvidoria e contou que atualmente as demandas são altas e singulares, não correspondendo ao número disponível de funcionários. Concluiu dizendo que a agenda de atendimento foi duplicada passando de três para seis pessoas atendidas por dia.

A sra. **Julia**, pediu agilidade não só na averiguação do subcomitê de zeladoria porque muitos contatos são perdidos, mas também por parte do Centro de Promoção de Direitos da População em Situação de Rua em ir para a praça Princesa Isabel para acompanhar a alta demanda de violações de direitos. Além disso, a mesma também pede mais bagageiros pela cidade, citando que a cidade conta com apenas um, lotado, na Mooca.

A sra. **Hari**, aponta uma falta de respeito por parte da GCM em relação às abordagens da zeladoria urbana, disse que além das informações sobre seus direitos e violações, também deve ser realizado um curso preparatório em Direitos Humanos para a GCM. Em seguida, o sr. **Castor** falou sobre a marginalização das pessoas que fazem uso, e classificou como “covardia” acordar às 7:00 para fazer as ações de zeladoria sendo que, posteriormente, terão que voltar à praça.

A sra. **Maria Luiza** (SMDHC) disse que o curso preparatório está sendo realizado pela SMDHC, e que no próximo mês irão ocorrer coordenações temáticas sobre a população em situação de rua. Ademais, está sendo elaborado um curso preparatório para ser aplicado na Academia da Polícia Civil e com a GCM.

A sra. vereadora **Caroline Iara** informou sobre uma reunião realizada com o Coronel Bexiga na subprefeitura da Sé. Disse que recebeu a informação que não irá acontecer a remoção de pessoas em situação de rua na praça Princesa Isabel, e que essa ação vem sendo coordenada pelo projeto Redenção, uma articulação entre o

Governo do Estado e a Secretaria de Segurança Pública. Ainda, a orientação da zeladoria foi de retirar apenas as barracas que configuram ocupação permanente, pois de acordo com o entendimento da polícia, esses lugares são pontos de venda de drogas. Além disso, relatou que a Subprefeitura constatou que houve uma mudança na configuração do que é a praça Princesa Isabel e que nos dias de hoje. Desse modo, as políticas implementadas são as mesmas utilizadas na cracolândia (devido a dispersão da cracolândia e realocação na praça princesa isabel)

A sra. **Kelseny Medeiros**, questionou sobre as justificativas de alterações de frequência para as ações de zeladorias. Disse que o fato de ser alterada para todos os dias, acabou promovendo diversas violações de Direitos Humanos a população em situação de rua, pois naquele espaço existe uma grande concentração de pessoas que fazem guarda de seus pertences o dia todo com receio de serem retiradas pela GCM.

O sr. **Cleiton Ferreira** parabenizou todos os eleitos e eleitas, citou que pessoas do É de Lei enfrentaram dificuldades para votar em razão da presença da GCM na porta dos locais de votação. Também denunciou a crueldade das ações de zeladoria urbana na Princesa Isabel, comentando que mesmo em outras gestões já presenciou ações mais respeitadas dos agentes de zeladoria. Posteriormente, o conselheiro acrescentou que várias pessoas continuam tendo seus documentos tomados na região.

Em seguida, a sra. **Maria Luiza** (SMDHC), trouxe atualizações da SMS sobre os dados de Covid-19 da população em situação de rua. O sr. **Robson Mendonça** (MEPSR) e a sra. **Verônica** pediram atualizações sobre o número em relação aos óbitos. A sra. **Verônica** (CLGDH) apontou a pesquisa RecoVida, que demonstra subnotificação dos dados de morte entre a população em situação de rua.

A sra. **Luiza** (SMDHC), respondeu dizendo que existe um grupo de trabalho intersecretarial que possui o objetivo de instituir uma portaria para monitorar o fluxo de óbitos de pessoas em situação de rua no Município de São Paulo - e que o fluxo ainda não foi finalizado, e por isso não houve recontagem. Complementou dizendo que está sendo elaborada uma portaria, como um dos produtos desse GTI, que discorre sobre a categorização das mortes por COVID-19.

No décimo primeiro momento, a sra. **Júlia Lima** complementou a sequência de informes, dizendo que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara irá apresentar o relatório final das visitas aos Centros de Acolhidas, pedindo a confirmação dos órgãos convidados: SMADS, SMDHC, COMAS. O evento será no dia 14 de maio. Informou também que o sr. Robson Mendonça, conselheiro suplente do Comitê, receberá o prêmio de cidadão de São Paulo.

O sr. **Alessandro Abratião Magalhães** (CAPS AD Santana), falou sobre a necessidade existir mais diálogos com os núcleos e conselhos gestores para a implementação de políticas e ações na zona norte. O sr. **Lucas** respondeu dizendo que está sendo articulado um Núcleo de acolhimento próximo a rodoviária do Tietê e Carandiru, que já foi publicado e que existe uma entidade vencedora. Além disso, também mencionou a criação de um CAE exclusivo para mulheres e outro para famílias em Santana e Vila Maria.

Foi iniciada a pauta da reunião: sobre a pauta da Rede socioassistencial, a sra. **Isabel** (SMADS), disse que atualmente a SMADS está atuando a partir de dois pontos centrais de estratégias: (i) Ampliação de rede, tendo em vista o déficit de vagas já que mais da metade da população em situação de rua não está acolhida e (ii) Qualidade de serviços, porque muitas vezes a população opta por ficar em situação de calçada pelo motivo de que os centros de acolhidas muitas vezes não atendem às suas necessidades;

Sobre a ampliação de rede, a sra. **Isabel** (SMADS), fala sobre a previsão de abertura de 1.000 novas vagas de acolhimento que serão na modalidade de centro de acolhida e CAE instaladas em equipamentos da rede hoteleira de municípios, citou que foi apresentada uma primeira planilha no COMAS com a relação de equipamentos. Disse que as mil vagas serão divididas em duas tipologias principais de acolhimento (i) Famílias (mães solas com crianças e adolescentes); (ii) Idosos; (iii) Mulheres Sem Filhos e (iv) População Trans. Pontuou que apesar dessa disponibilidade de vagas não atender a alta demanda, considera que é um passo importante como medida emergencial, tanto pelas vias mais facilitadas de contratação, como pela proximidade das baixas temperaturas. Por fim, complementou dizendo que a SMADS está realizando a vistoria dos clubes com a Secretaria de Esportes para fazer equipamentos.

Ainda sobre a ampliação, a sra. **Isabel** (SMADS), ressaltou que os Centros de Acolhida não podem abrigar mais de 200 vagas. Mencionou o fato de a SMADS estar fazendo um estudo de rede com o Observatório de Vigilância Socioassistencial (COVS), a fim de entender quais seriam as demandas reais de serviços, em quais territórios e como fazer o reordenamento destes. Disse estar ciente que novos serviços deverão ser abertos e que terão que passar por uma ordem de priorização e esforços da secretaria para a diminuição do déficit entre número de pessoas em situação de rua e serviços oferecidos na rede socioassistencial.

Sobre qualificação, citou que existe um grupo na SMADS que tem como objetivo aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento e fiscalização dos Centros de Acolhida. Esse grupo trabalha a partir de duas frentes: (i) Rede direta CREAS e Centro POP, para

entender como estão realizando a supervisão técnica dos serviços de acolhimento e (ii) Institucionalização de ouvidoria de satisfação ao Usuário, seguindo uma metodologia que está sendo criada a partir de um roteiro de visitas.

O sr. **Robson** (RPR) pede que os critérios de utilização das vagas de hotel sejam bem estabelecidos devido ao fato de “família” constituir diversas composições.

A sra. **Girlandia** (Reciclázaro) falou sobre a transparência na distribuição de orçamento para o COMAS no sentido de qualificação do serviço, citou casos em que a SMADS recuou com orçamentos e ressaltou a importância da “porta de saída” do acolhimento.

A sra. **Kelseny Medeiros** mencionou a falta de responsividade da SMADS em relação aos questionamentos envolvendo problemas nos CTAs e que diversos centros de acolhida além de negarem a problemática, também não apontaram caminhos para resolução. Pediu a divulgação do estudo elaborado pela SMADS. Disse que a diminuição de vagas de atendimento para 200, ainda assim não é a ideal para formulação de políticas públicas adequadas, assim como estipulada pelo SUAS, que limita a 50. Falou sobre a necessidade de participação do Comitê PopRua e sociedade civil para o GT de avaliação de qualificação da rede socioassistencial. Falou sobre a importância de a SMADS estar presente na apresentação do relatório da Comissão de Direitos Humanos para que possam verificar a avaliação dos centros de acolhida. Mencionou a necessidade de mais contratações de funcionários para realizar a supervisão da avaliação da rede socioassistencial. Concluiu a fala, abordando a falta de posicionamento próprio da supervisão, que muitas vezes só encaminham o relatório da própria ONG ou relatório não relacionados à temática questionada.

A sra. **Julia** falou sobre a falta de responsividade da SMADS em relação a problemas encontrados nos serviços visitados pela Comissão de Direitos Humanos. Nesse sentido, utilizou o exemplo da unidade Zaki Narchi, que não foi fechada e está em situações precárias. Questionou a abertura de ILPI's para acolhimento de idosos. Também mencionou a importância da abertura de emergência em todos os territórios da cidade. Ressaltou a importância de os Centros de Acolhida emergenciais abrigarem carroças e cachorros. Falou sobre a importância de as vagas de pernoite se tornarem fixas.

O **Cleiton C. Ferreira** (É de Lei) relatou que muitos equipamentos não possuem acolhimento adequado à população em situação de rua, usuárias de álcool e outras drogas, propõe que a SMADS utilize a política de redução de danos.

A vereadora **Carolina Iara** falou sobre o Art. Palácio e pediu apresentação de soluções ao cenário problemático após uma visita de fiscalização. Ademais, requereu atualizações sobre o projeto “Housing First”. Por último, perguntou quais seriam as perspectivas de atuação com os movimentos de redução de danos para a política de drogas.

A sra. **Isabel** (SMADS), respondeu dizendo que as vagas de hotel serão novas vagas, e não reordenamento, com exceção de um hotel para lidar com a demanda específica do CTA Art Palácio, devido às denúncias relacionadas à falta estrutura do espaço e que irá enviar por email a data de reordenamento e convida os conselheiros que eventualmente quiserem participar. Disse que o GT está fechando um diagnóstico, olhando a demanda real e quais serviços a população necessita para fazer um planejamento. Propôs trazer o trabalho finalizado do GT para apresentar ao Comitê Poprua para contribuições antes de ser fechado.

Sobre qualificações e avaliação da fiscalização, mencionou que a SMADS quer realizar um diálogo com o Comitê Poprua e o Núcleo de Direito humanos da Câmara. Mas que no momento está priorizando os diálogos internos com as coordenações e visitas nos territórios para construir primeiramente uma metodologia do processo avaliativo.

Quanto à situação de rua e drogas, citou a atuação conjunta entre SEAS 4, que possui expertise na abordagem desse público, e SEAS 3 de CEPAS, que fazem atendimento em situações de emergência. Falou sobre a elaboração de um documento interno de planejamento da SMADS, caso tenham interesse de entender com profundidade os planejamentos.

## **Encaminhamentos**

1. Realização de uma Reunião Extraordinária com o tema de Baixas temperaturas 13/04.
2. Convite aos representantes do Comitê PopRua para o Comitê da Lapa.
3. Entrega de panfletos sobre direitos e deveres da poprua nas ações de zeladoria urbana por SEAS na praça Princesa Isabel
4. Realizar convite aos moradores do Asdrúbal do Nascimento II na próxima reunião do PopRua.
5. Proposta de reunião sobre o censo de crianças e adolescentes em situação de rua no dia 19/04, às 14 horas.

6. Envio das recomendações do Comitê PopRua sobre a rede de acolhimento da assistência para SMADS.
7. Apresentação do plano de atuação do GT de avaliação de qualificação da rede socioassistencial quando estiver finalizado.